



Presidente p.5

Políticas públicas estão em deterioração



Presidente p.12

Primeiro-ministro é um "agente poluidor do debate político"

# POVO LIVRE



n.º 1981

13 de setembro de 2017

Diretor: Miguel Santos | Periodicidade Semanal | Registo na ERC: n.º 105690 | Propriedade: P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata | Identificação Fiscal: 500835012. | Sede de Redação/Editor: Rua de S. Caetano, nº9, 1249-087 LISBOA  
Estatuto editorial: <http://www.psd.pt/ficheiros/ficheiros/ficheiro1501002248.pdf>



## DESNORTE NA DEFESA

Volta Nacional Autárquica no distrito do Setúbal





Pedro Passos Coelho na apresentação de Carlos Ascensão à Câmara Municipal de Celorico da Beira

## Portugal estaria a “crescer mais” se PSD estivesse a governar

Portugal estaria a “crescer mais” se o PSD estivesse a governar. “E estaríamos a reduzir mais a dívida, não há dúvida. E estaríamos a atrair melhores condições para o investimento”, sublinhou o líder do PSD, no jantar autárquico do PSD de Celorico da Beira, de apoio à candidatura de Carlos Ascensão à Câmara Municipal local, 6 de setembro. “Hoje, que há condições de recuperação económica, de emprego, de conjuntura externa favorável, o que nós esperamos é que se faça pelas oportunidades maiores no futuro, não é que se fique a viver da herança, das reformas que foram feitas, e da conjuntura que corre. O que nós queremos é criar condições para podermos estar a crescer mais e podíamos estar a crescer mais do que estamos a crescer hoje e, se nós estivéssemos a governar, estaríamos a crescer mais”, afirmou.

“Toda a gente ouve. Volta em meia volta, lá aparece um responsável a dizer: ‘virámos a página da austeridade’. Todos os anos viram a página da austeridade, é sempre a mesma página. Eu acho que eles não mudaram de página. Não mudaram nada. Desse particular, não mudaram nada de significativo”, observou.

Pedro Passos Coelho prosseguiu: “depois querem que as pessoas acreditem que governar hoje é a mesma coisa que governar como em 2011 quando não havia dinheiro e estávamos à beira da bancarrota”.

“E fazem uma enorme conversa para que as pessoas acreditem que no passado as coisas só foram difíceis porque quem governou quis”, criticou.

Para o presidente do PSD, “entra pelos olhos de qualquer pessoa que esta é uma conversa que nem é leal nem é séria”. “Toda a gente sabe. Viver em tempos de recuperação económica e financeira – e nós fizemos



muito por isso, não é a mesma coisa que governar em tempos de dificuldades e em que não há dinheiro. As soluções que podemos encontrar são muito diferentes. Hoje o que nós exigimos não é o mesmo que se exigia em 2011”, esclareceu.

Antes do presidente do PSD, discursou Carlos Peixoto, líder distrital do PSD da Guarda, que se dirigiu ao candidato social-democrata à autarquia de Celorico da Beira e vaticinou que vai ser “o próximo presidente da Câmara”.

E aludindo ao apelido de Carlos Ascensão, referiu que o candidato “está em ascensão até à vitória final”.

### Governo já perdeu dois anos na descentralização

“Seria bom que pudéssemos iniciar este ciclo autárquico com mais competências formais atribuídas ao município”, afirmou Pedro Passos Coelho esta quarta-feira, em Mêda. “Em quase metade da legislatura perdeu o Governo demasiado tempo e não permitiu que pudéssemos chegar ao fim deste ciclo autárquico com um projeto de descentralização mais efetivo a funcionar”, explicou.

De acordo com o presidente, o PSD está “disponível e



interessado em reformas sérias”, em detrimento daquelas que são “feitas de qualquer maneira para anunciar que se fez qualquer coisa”. Salientou, numa clara alusão ao Governo, que os social-democratas conhecem “muito bem essa maneira de estar, de prometer e dar a entender que se vão fazer coisas”. Defendeu, assim, que “nada justifica que se desperdice as competências e os meios que já existem para fazer melhor”. Por isso, deixou claro: “precisamos, cada vez mais, de uma nova geração de autarcas que possa pôr em prática tudo o que são as competências que podem ajudar as suas comunidades”.

“Todos sabemos que, na hora de escolher o presidente da junta ou da câmara, a pessoa em concreto tem uma importância muito grande”, destacou Pedro Passos Coelho. “Essa é a razão, precisamente, porque nós procurámos, com a colaboração de todas as estruturas internas do PSD, escolher as pessoas e com elas as equipas que possam



trazer uma escolha verdadeira e mais forte”, justificou.

Pedro Passos Coelho deixou claro que o objetivo para o concelho de Mêda, não é “preencher os mínimos olímpicos”, mas “ganhar a câmara”. Vê, por isso, no candidato Aires do Amaral e na sua equipa as competências que lhe permitem afirmar que o PSD está “muito perto de ter esse resultado” que o partido pretende, sobretudo, com benefício para a Mêda.

“Aires do Amaral tem muita experiência, como consultor financeiro, conhece bem não apenas a economia portuguesa, os agentes económicos, mas também o concelho e isso, hoje, pode ser muito importante”, explicou. “É

muito importante que se conheça o concelho económico, que se valorize o investimento”, disse o Presidente do PSD, acrescentando que “nós sabemos que, sobretudo mais no interior, ou temos investimento ou não teremos capacidade para reter as pessoas”. Lembrou, portanto, que “as pessoas só estão onde podem conservar o que têm ou ter a perspetiva de ter um emprego”. Se não existir emprego, de que servem as infraestruturas “se as pessoas não puderem governar a sua vida?”.

Pedro Passos Coelho recordou que “os municípios podem ter, e têm já crescentemente, uma influência na atratividade dos seus territórios, chamando os investidores a valorizar os recursos que existem”. Deu como exemplo







as estruturas que visitou em Mêda: “estivemos a ver o núcleo museológico que precisa de ser desenvolvido e pode ser um instrumento ao serviço do desenvolvimento económico, sobretudo se combinado” com outras ofertas, como as adegas e quintas que visitou e onde encontrou “métodos cada vez mais modernos” que acrescentam “valor às produções e, neste caso, à produção vinícola”.

### Donativos: foi bom que tivesse havido uma explicação pública

Durante a visita à Santa Casa da Misericórdia de Aguiar da Beira, líder do PSD, revelou estar insatisfeito com a explicação do Governo sobre a aplicação das verbas doadas por cidadãos às vítimas do incêndio de junho em Pedrógão Grande, no distrito de Leiria.

Passos Coelho considerou que “valeu a pena o PSD ter colocado a questão”, sublinhando que há muito aguardava uma justificação.



O presidente do PSD criticou “a forma como o Governo procurou empurrar para terceiros explicações que, de certa maneira, também poderia dar”. “Mas, enfim, é uma maneira que já nos vamos habituando de ver o Governo responder”, acrescentou.

Passos Coelho sublinhou ainda que “todo este processo mostrou da parte da sociedade civil uma resposta muito generosa, muito altruísta, muito solidária”, tendo as pessoas reagido “muito rapidamente àquilo que estavam a ver”.

“Perceberam que havia dificuldades nas pessoas, famílias e zonas que foram mais afetadas pelos incêndios e quiseram dar uma resposta pronta, rápida. Os meses vão passando e percebe-se que o Estado não está ao mesmo nível da resposta solidária das pessoas”, lamentou.

O presidente do PSD admitiu que “há coisas que têm que ser organizadas, planeadas, não podem ser feitas com excessos de voluntarismo”, mas considerou que “já passou

tempo suficiente para que o Estado pudesse organizar uma resposta mais eficiente”.

Questionado sobre a possibilidade de vir a ser averiguada a atuação da Autoridade Nacional de Proteção Civil nos incêndios de Mação, o líder social-democrata admitiu que esta entidade “tenha várias explicações a dar sobre muitas das ocorrências que se registaram”.

“Registo essa queixa dos autarcas de Mação. Há muitas outras de municípios que perceberam a diferença entre aquilo que ia sendo comunicado pela Proteção Civil e os meios que eram colocados à disposição e essas coisas têm que ser resolvidas com muita naturalidade”, frisou.

O líder do PSD referiu ainda que “a pior resposta que um Governo e uma administração podem dar é uma resposta defensiva, de se fechar, de achar que isto é uma maneira provocatória de estar a criticar a atuação das entidades”.



Pedro Passos Coelho na Lourinhã

## Políticas públicas estão em deterioração



Quem governa anuncia frequentemente estar a “virar a página da austeridade, mas é sempre a mesma página”, criticou Pedro Passos Coelho, durante uma deslocação à Lourinhã, 7 de setembro, onde visitou a empresa Abóboras do Oeste e a Adegas Cooperativas locais. “Julgo que as pessoas não se deixam levar, mas fica mal num Estado em que as pessoas que têm maior responsabilidade devem dar o exemplo”, disse Pedro Passos Coelho a propósito do “dever de neutralidade” em período de eleições. “Manifestamente, parece-me que isso não está a acontecer”, acrescentou o líder social-democrata, esclarecendo que “a forma como o Governo está na ação política não tem cumprido esse dever”. Afirmou, por isso, esperar que durante este mês se possa cumprir esse dever próprio de “uma democracia como a nossa”.

O líder do PSD referiu que não traçaria expectativas quanto às negociações – Orçamento para 2018 – que estão a decorrer entre os partidos que, no Parlamento, suportam o Governo. Alertou, contudo, que “é importante que se possa atingir o equilíbrio”, já que o próprio Executivo “tem criado expectativas muito elevadas”. “Era do interesse do País que as coisas fossem realmente ponderadas e equilibradas”, salientou, lembrando que “não foi assim que aconteceu no discurso e nas metas propostas nestes dois anos”.

Pedro Passos Coelho foi claro ao afirmar que os portugueses sabem “o que é que custou atingir as metas em Portugal, em 2016, e o que vai custar em 2017”.

Relembrou a “qualidade menor dos serviços públicos, em áreas sensíveis do Estado” que se tem verificado. Saúde, Educação ou Administração Interna “têm vindo a degradar-se ao longo destes dois anos”, sublinhou, justificando que o Executivo “ao ter preferido dar prioridade à matéria dos rendimentos e, em particular, dos salários e menos relevância a outras escolhas vai deteriorando a resposta pública”. Todavia, “há um dia em que a despesa vai ter de ser feita”, lembrou. “Este Governo vai fazendo escolhas que, do ponto de vista da recuperação de rendimento, tem funcionado bem, do lado da resposta das políticas públicas tem havido uma deterioração”, reforçou o alerta.

O presidente do PSD foi, ainda, questionado sobre o crédito malparado. Afirmou não querer reagir sobre algo do qual “pouco se sabe ainda” e que cabe ao “Governo explicar”. Recordou ainda que o atual Executivo “já afirmou coisas muito diversas sobre a forma como se devia encarar a resolução do crédito malparado” e, sempre que interpelado sobre o assunto, “diz que está muito perto de apresentar uma solução”.

### Só governando para todos é que é possível governar bem

Pedro Passos Coelho alertou que só governando para todos é que é possível governar bem. “Isso é indispen-

sável”, reiterou. “Um Estado que seja moderno, justo, não pode deixar de ter em quem governa um princípio de imparcialidade, de justiça”, disse, destacando que cabe ao Estado “lidar com todos independentemente das preferências que tenham”. É isso que o Presidente do PSD disse esperar também do candidato à Câmara Municipal de Celorico da Beira, Carlos Ascensão: “está ao seu alcance ser um grande presidente que trate todos por igual, mas olhe cada um com as suas diferenças, porque as pessoas não estão todas nas mesmas condições e, nessa medida, não podem ter todas a mesma resposta”.

O líder social-democrata afirmou ter “uma grande esperança de que os próximos quatro anos, com um poder autárquico orientado por estes valores, se possa devolver mais aos cidadãos e dar-lhes escolhas mais verdadeiras”. Lembrou que “hoje é reconhecido que o Poder local tem uma importância muito grande na forma como os municípios podem ser governados, atraindo mais investimento, criando mais emprego e atraindo pessoas ao território”. Salientando que “escolher um bom candidato é um primeiro passo para órgãos municipais bem dirigidos”, recordou que também “os concelhos não são todos iguais”, pelo que “faz diferença o tipo de gestão autárquica desenvolvido”.







Apresentação dos candidatos autárquicos em Aljezur

## PSD estabelece condições para consenso na descentralização

O PSD não despertou para a descentralização agora e “só alguém profundamente desatento ou excessivamente centrado no seu umbigo” pode apelar aos social-democratas para fazer a descentralização, declarou Pedro Passos Coelho, sábado, 9 de setembro. O presidente do PSD falava numa conferência sobre descentralização de competências promovida pelo PSD de Silves, aproveitando para deixar condições para o debate e consenso que permita levar em frente uma reforma da descentralização séria que não é, contudo, “a pedra angular da reforma do Estado”. Para o presidente do PSD, é claro: “Só é a pedra angular da reforma do Estado para quem não sabe como fazer a reforma do Estado”, não deixando, porém, de ser uma parte importante daquele processo.

Numa crítica aos atrasos promovidos pelo Governo, o líder social-democrata aproveitou o evento com o candidato do PSD à Câmara Municipal de Silves, Rogério Pinto, para estabelecer condições para que se faça a reforma da descentralização de competências da administração central para as entidades do poder local.

“A descentralização não deve custar mais ao Estado para futuro do que custa, hoje, não a ter.” Pedro Passos Coelho insistiu que, pelo fator de proximidade e conhecimento das populações, as autárquicas locais têm mais capacidade de fazer “mais bem feito ao nível local”, com ganhos de eficiência e, à partida, com os mesmos recursos, não onerando o Estado em mais despesa. “É uma pré-condição para poder andar para a frente com a descentralização”, reiterou.

“A heterogeneidade das câmaras municipais e das juntas de freguesia obriga sempre a soluções que tenham alguma flexibilidade.” O líder social-democrata vincou que, em alguns casos, uma transferência de competências universal não é benéfica para as autarquias e as populações e em virtude dos resultados desejados. Assim, o que é necessário é ampliar a experiência de



contratos interadministrativos que o governo que Pedro Passos Coelho celebrou com diversas autarquias, como teste à descentralização de competências nas áreas da saúde, da educação e da cultura. A transferência de competências, explicou o presidente do PSD, não tem de ser “uma camisa-de-forças” mas “uma baliza grande” que pode ser alargada ou não em função das condições que as autarquias revelam ter para receber dadas competências.

Pedro Passos Coelho descreveu a dificuldade em construir uma relação de confiança mútua entre administração central e poder local em virtude do fator financeiro. A questão está em negociar os recursos do Estado central para missões como a conservação do património local. Se o Estado não dispõe desses recursos, o que pode comprometer para que as autarquias locais não recebam essas verbas, questionou Pedro Passos Coelho, não sem



antes lembrar que uma “parte muito significativa” da receita local não fica nos municípios. “Claro que, para o atual governo, há sempre dinheiro. Só não há dinheiro para aumentar os magistrados, para isso a conjuntura económico-financeira não permite”, ironizou. “Não é simples encontrar uma solução de financiamento que gere confiança”, pelo que “era necessário ter começado a debater esta questão há muito tempo porque não vai ser fácil”, avisou. Há, por exemplo, autarquias que veem os seus equipamentos e infraestruturas mais sobrecarregados pela procura sazonal crescente (em virtude do turismo) e em que, noutras épocas do ano, essa procura se reduz. “Temos de encontrar na Lei das Finanças Locais uma solução que permita resolver este tipo de problemas.”

Para Pedro Passos Coelho, a discussão para a descentralização tem de ser conduzida com convicção e equilíbrio e sem demagogias.

E não é só o histórico que dá ao PSD um avanço nesta questão, mas também o próprio ADN do partido: “Nós somos reformistas, gradualistas e realistas”, reiterou o orador. Mas “para quem está sempre preocupado com o resultado das próximas eleições, com o impacto na próxima sondagem e painel de avaliação”, estas questões “são uma espécie de aborrecimento”, acusou. Para o atual governo, considera Pedro Passos Coelho, “o que é preciso é conversa” e tentar criar a ideia de que os restantes partidos não querem participar dessa reforma.

“Se precisam de nós para alguma coisa, não têm de dar nada em troca: só seriedade na abordagem dos assuntos”, rematou Pedro Passos Coelho, deixando ainda uma nota para que o Governo não desqualifique aqueles a quem pede agora que lhe deem a mão no consenso para reformas como a descentralização e o planeamento de obras públicas. De resto, o pensamento do PSD nestas questões é sobejamente conhecido, destacou o líder do PSD.



É muito desejável que a descentralização possa avançar depois das eleições autárquicas, recomendou ainda o presidente dos social-democratas, dado que já se perdeu metade da legislatura “porque o Governo não fez o trabalho de casa”. É necessário “recuperar o tempo perdido e conseguir gerar” um entendimento alargado entre autarcas e maioria parlamentar.

## Atual Governo perdeu dois anos para fazer a descentralização

Quando finalmente fez, o que o Executivo apresentou não passou de um conjunto de intenções vagas sobre descentralização de competências, condenou Pedro Passos Coelho. “O extraordinário”, continuou, é que depois de uma primeira intenção genérica do Governo em que não eram especificadas as competências a descentralizar, demorou “quase dois meses” até que o Executivo dissesse exatamente o que é que queria transferir.

E “o suposto entendimento” que o “primeiro-ministro

disse que tinha conseguido com os autarcas não existe”, afirmou Pedro Passos Coelho, lembrando que a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) respondeu ao Governo com um parecer favorável para este processo de descentralização, pedindo mais informações sobre as competências a entregar localmente. “O Governo demorou dois meses a pôr no papel aquilo a que chamou projetos de decretos-lei, que haveriam de pôr em prática aquelas delegações de competências”, relatou Pedro Passos Coelho acrescentando que o Executivo não enviou o documento aos partidos mas apenas à representante dos municípios.

“Faltou discutir como é que, do ponto de vista financeiro, as autarquias podem executar aquelas competências.” E mesmo o parecer da ANMP não foi fruto de uma opinião unânime, sendo que alguns dos autarcas

da associação criticaram o facto de se pretender descentralizar apenas ao nível das infraestruturas; outros destacaram como positivas as medidas para descentralizar ao nível das freguesias como se se tratasse da primeira vez que eram contempladas, apesar de existir já na lei essa possibilidade de delegar nas juntas de freguesia desde que as assembleias municipais o aprovevem; outros ainda apontaram a universalidade da transferência das competências pedindo estudo sobre a mesma.

Em virtude destas questões, é importante concluir que “é uma conversa que tem de se fazer com muita seriedade e cautela”, disse Pedro Passos Coelho. “Parece-nos que o Governo tinha conduzido muito mal todo o processo”, sendo que, quanto à Lei das Finanças Locais, ainda não é sequer conhecida.

“Quando chamámos a atenção do Governo porque







se tinha perdido muito tempo” e para o que o PSD já havia apresentado, relatou Pedro Passos Coelho, os social-democratas colocaram em cima da mesa a criação de uma comissão com peritos, que pudesse acelerar o debate a tempo do novo ciclo eleitoral autárquico que se iniciará com as próximas eleições. “A maioria também chumbou” essa comissão.

No fundo, o Governo não se preparou a tempo e chumbou tudo o que o PSD propôs. Apesar de dizer que quer fazer da descentralização a tal pedra angular da reforma do Estado, “está consumida metade da legislatura sem que nada se tivesse passado”. “Temos de concluir que há muita conversa mas pouco trabalho”, rematou.

“E quando há muita conversa e pouco trabalho, a que é que o Governo nos vem habituando”, desafiou Pedro Passos Coelho, para responder de seguida: “Em vez de corrigir a mão e emendar, no fundo, procurar ultrapassar as deficiências que foi colocando no caminho que nos obriga a fazer, o Governo faz de conta que nada disto aconteceu e comunica com o País como se, de repente, coitado do Governo, não tivesse podido fazer nada porque os partidos não querem”.

O Governo “lava as mãos”. O primeiro-ministro “diz que os seus parceiros de governo estão contra”, a “geringonça não serve para o que ele considera ser a pedra angular da reforma do Estado” e então “o PSD é que tem de servir para a reforma do Estado e portanto que acorde” para a mesma.

Pedro Passos Coelho deixou o apelo: “Espero que os próximos dois anos não sejam deitados pela janela fora como foram estes. Não há nenhuma razão para não podermos levar a descentralização para a frente”.

## PSD começou a preparar a descentralização na legislatura anterior

“Na legislatura anterior, tomámos várias medidas com algum relevo para poder preparar um processo de descentralização, sobretudo com base nas autarquias locais e nas organizações de municípios que existe desde há alguns anos, em particular as CIM [Conselhos Intermunicipais]” sem excluir as Áreas Metropolitanas.

Pedro Passos Coelho relatou o longo histórico do PSD na preparação de uma reforma que reforçasse a coesão do país a vários níveis, como parte da reforma do Estado que urge fazer. Aquele trabalho “permitiu que, ainda em 2015, o Estado tivesse contratualizado com várias



autarquias um conjunto de delegação de competências sujeita à transferência de meios financeiros adequados à avaliação de parte a parte”. Esse trabalho fez-se sobretudo nas áreas da saúde, da educação e da cultura.

Ora, o atual governo “não fez qualquer avaliação dessa experiência, o que é um mau princípio”, em particular para quem defende querer fazer a descentralização. “Deixa muito a desejar”, considerou.

Pedro Passos Coelho lembrou que aquele processo envolvia a transferência de competências para o poder local como a gestão de pessoal não especializado, assistentes técnicos e operacionais, a definição do horário de funcionamento de unidades de cuidados de saúde primários. “Não há nenhuma razão para que o Ministério da Educação esteja a definir o nível de carga horária” de um aluno, cabendo a nível central definir as linhas gerais de política e contando com uma responsabilização local para as questões de proximidade.

“Não perdemos essa ambição” e “devo dizer que o Governo não a tem”, assegurou o presidente do PSD.

“Ainda na anterior legislatura, enquanto estivemos no governo, avançámos com contratos interadministrativos para que a delegação destas competências pudesse ser feita com os municípios que assim entendem”.

Na atual legislatura, no debate do Programa Nacional de Reformas, “apresentámos um conjunto de recomendações ao Governo neste domínio”, sendo que muitas foram chumbadas e, salientou Pedro Passos Coelho, das que foram aprovadas fez-se “letra morta”.

“Quando chegou a altura de discussão do Orçamento do Estado”, o PSD apresentou também um conjunto de propostas que, além de recuperarem a experiência já lançada enquanto o PSD estava no Governo, iam mais além na descentralização de competências. “Essas foram todas liminarmente chumbadas a pretexto de que a discussão orçamental” não era o momento adequado para tratar a matéria. E “lá para março deste ano, o Governo apresentou no Parlamento uma intenção vaga para poder avançar na descentralização”, lembrou o líder do PSD. Depois dos sucessivos atrasos que promoveu, o primeiro-ministro vem agora apelar ao consenso do



PSD, ignorando a sua maioria parlamentar, sem sequer ter apresentado qualquer linha para a Lei das Finanças Locais.

## Greve dos juizes é “impensável”

Pedro Passos Coelho afirmou também que acha “impensável que os juizes ou magistrados façam greve” e que essa decisão deveria ser “reavaliada”. Referindo-se à decisão tomada ontem pelos juizes e magistrados de convocar greve para 3 e 4 de outubro, o líder social-democrata lembrou que os “órgãos de soberania não devem ter os seus membros envolvidos nessa aceção que se dá do ponto de vista sindical ao direito a greve. Seria impensável que o Presidente da República, os deputados e os membros do Governo fizessem greve”.

Na verdade, o que se constata em Portugal é que há “muitas instituições que com esta solução de Governo criaram expectativas extremamente elevadas quanto ao que deveriam ser os resultados do Governo”.

“Mas não entendo como o Governo se mostra surpreendido com as reações que vamos vendo. O Governo vem colhendo o que semeou” por ter dado a entender que antes certas decisões não eram possíveis por causa do Governo e que agora “temos um Governo que gosta das pessoas e que não há problemas que não possam ser revolidos”. O líder da oposição referiu ainda que “uns queixam-se de que o Estado vai empurrando os problemas com a barriga, outros sentem-se defraudados com o tempo que passou.”

## Governo recorre ao discurso conforme cada circunstância

O Ministério da Justiça afirmou esta sexta-feira, em comunicado, que “o não acolhimento da generalidade das propostas envolvendo a componente remuneratória decorre das limitações da conjuntura económico-financeira do país e não da menor consideração para com os senhores juizes, o que ficou claro desde o início.” Ora, tal revela, como Pedro Passos Coelho afirmou, uma incongruência por parte do Governo.

Dizem que o que se passa é que “o Governo tem imensa simpatia pelos senhores juizes, e até podem ter muita razão, mas a conjuntura económico financeira não permite satisfazer. Este discurso não é o habitual do Governo, não tenho ideia de usar desculpas da conjuntura para não resolver problemas. Eles dizem que nunca estivemos tão bem, até houve um aumento extraordinário de pensões e tudo.”

“Parece evidente que este discurso não é mais verdadeiro nem menos, é o que dá jeito. Se desse jeito dizer que se tinha conseguido resolver, a conjuntura era a melhor, como não conseguem resolver, dá jeito dizer que não permite. Como é que se pode levar a sério esta maneira de estar?”, questionou.



## Candidatos do PSD lutam pelas oportunidades

Em Aljezur, na apresentação de candidatura de Hélder Cabrita, o presidente do PSD destacou a maneira de estar dos candidatos e dos autarcas social-democratas. Tal como afirmou, é muito importante “poder ter à frente da câmara uma equipa que não feche as portas a oportunidades importantes. Isso é decisivo para vários territórios que lutam contra a desertificação, contra muitas restrições a investimento”, acrescentando ainda que a “nossa maneira de estar mostra que estamos nas eleições a pensar o futuro e corrigir algo que possa não estar bem.”

Para o PSD, é essencial ir procurar oportunidades “e não ficar à espera que nos batam à porta. No PSD, estamos sempre disponíveis para procurar o que nos faz falta, e batermo-nos por isso. Viver do dia-a-dia é pouco,

todos temos a ambição de poder melhorar alguma coisa, de ambicionar mais.”

Pedro Passos Coelho defendeu ainda que as autarquias locais têm uma importância crescente na construção do futuro, apesar de a descentralização estar “demorada” por o Governo andar “distraído”. Mesmo assim, hoje, “com o que já está à disposição do Poder Local, podemos fazer mais do que tem sido feito, e conseguimos transmitir às pessoas essa ambição”.

O líder social-democrata lembrou ainda que à medida que o tempo vai passando, “sentimos nas pessoas uma mobilização diferente. É bom lembrar que as eleições não se decidem antes de terem lugar”. Hoje, “à medida que o tempo vai passando, cria-se uma expectativa maior. Se temos comunistas e bloquistas a tomar conta de decisões do Governo, porque não haveríamos de ter social-democratas a ter uma palavra importante e decisiva em municípios como Aljezur?”





Contacto com a população em Évora

## Governo traz “mais ilusões do que soluções”



Pedro Passos Coelho esteve na sexta-feira, 8 de setembro, na inauguração da sede de campanha de Anabela Caixeiro à Câmara Municipal de Mourão, candidata que assume como prioridades, por exemplo, a Ação Social e o investimento no município.

O líder social-democrata acusou o Governo de, na educação, insistir nos mesmos erros, desculpando-se com as autarquias e ‘deixando a fatura’ para as famílias pagarem. Alertou que o crescimento do País não é suficiente, lembrando as denúncias feitas pelo PSD sobre cativações, sucessivamente ignoradas

“A primeira oportunidade que tiveram não foi para reconhecerem que acordaram tarde, foi para lavarem as mãos e responsabilizar as autarquias”, denunciou Pedro Passos Coelho em Évora, a propósito da falta de assistentes operacionais que se veio novamente a registar, agora que começou o ano letivo de 2017/2018.

“Com este Governo a responsabilidade nunca é deles”, criticou o líder social-democrata. “Como as autarquias têm uma palavra a dizer na contratação do pessoal não docente, o Governo refugia-se nesse pormenor para as culpar”, acrescentou, depois de ter lembrado que já no ano letivo anterior diversas escolas se depararam com uma “situação muito difícil” por não disporem dos “recursos humanos [suficientes] para poderem acolher as crianças”. Tal como destacou, “vivemos um momento que traz mais ilusões do que propriamente soluções”, uma vez que os anúncios do atual Executivo (de contratação de mais assistentes operacionais) não se vieram a verificar tal como era esperado. “Os lugares que foram, efetivamente, preenchidos a tempo, relativamente ao ano passado, foram só 300”, afirmou o Presidente do PSD, destacando que as necessidades das escolas são muito superiores.



Pedro Passos Coelho referiu-se, também, ao concurso de mobilidade lançado para os professores, considerando que, em virtude da alteração de regras, se criou “um problema de justiça muito sério”. Pese embora o PSD tenha alertado, em devido tempo, o Executivo, certo é que este “não respondeu” e, agora, “os sindicatos estão a reclamar e dizem que recorreriam a novas greves se o Governo não corrigisse” a situação criada.

O líder social-democrata foi claro ao dizer que espera que o Governo venha a “corrigir os seus erros”, os quais se “tem vindo a acumular e quem vai pagando a fatura são as famílias, as crianças, os estudantes”. Dado que já passaram cerca de dois anos, e o “Governo está com muito treino”, “é muito negativo que isto se repita”, disse.



## Crescimento é insuficiente

Pedro Passos Coelho falou, também, sobre a recuperação de Portugal. “Hoje é tempo de dizer que o nível de crescimento que temos não é suficiente para vencer as responsabilidades e para o investimento que é preciso fazer para futuro”, alertou. Apesar do discurso do Governo, e dos partidos que o suportam, apontar para “tudo estar a correr da melhor maneira”, “é discutível que o crescimento tenha atingido o patamar” de que o País precisa.

Mais do que concentrar discursos no que se pode dar ou anunciar, Pedro Passos Coelho aconselha o Governo a focar-se na “capacidade em gerar rendimentos ou emprego”, já que isso é “crítico para materializar a confiança de futuro em todos os agentes económicos”.

Alertou, também, que é preciso estar atento aos sinais da balança externa. “Sabemos que o défice comercial se está a gravar, as pessoas dentro do país estão a consumir mais coisas de fora e a nossa margem de reter valor no que exportamos está a ficar menor”, salientou. Explicou que, no último trimestre, quando comparado com outros países, Portugal registou um dos piores crescimentos da Europa.

## “Afinal a nossa denúncia tinha fundamento”

“Os resultados podem começar a parecer muito menos positivos do que foi insuflado”, reforçou, no sentido de contrariar o discurso dos partidos que suportam o Governo e que tendem em elevar as expectativas. Pedro Passos Coelho fez, assim, um apelo de “equilíbrio a este leilão orçamental que vem sendo apresentado”, criticando Partido Comunista e Bloco de Esquerda por terem acusado o PSD de “estar ressabiado” e agora, no caso do BE, vir exigir “muita transparência nas cativações”. “Afinal a nossa denúncia tinha fundamento”, ironizou, dizendo ser importante prestar atenção aos alertas social-democratas cujo propósito é que, no futuro, haja “mais confiança”. “Os alertas são muito fundamentados na nossa observação da realidade”, acrescentou.

Pedro Passos Coelho referiu-se, também, ao desenvolvido registado em Portugal no que diz respeito ao Turismo. “A maneira como formos capazes de nos abrir à procura turística, como nos vamos organizando para oferecer um produto que acrescente mais valor em cada um dos territórios pode ser muito importante para que os próximos anos sejam anos em que possamos aproveitar melhor o potencial turístico”, afirmou.

## António Costa Silva traz “ambição importante para o futuro”

No terceiro dia da Volta Autárquica Nacional, o presidente do PSD esteve no município de Évora. “O que é em Évora há a perder em experimentar uma solução social-democrata na autarquia?”, perguntou, argumentando que o PSD tem câmaras municipais “bem administradas” e que já deu “provas de governar com equilíbrio, mesmo em situações adversas”.

Referiu-se ao candidato ao município de Évora, António Costa Silva, como “uma lufada de ar fresco”, na medida em que, à semelhança de muitos outros candidatos social-democratas que se apresentam nestas eleições, “tem experiência e formação que o habilitam” para as funções a que se propõe e traz uma “ambição importante para o futuro”. Disse, ainda, que o candidato “não é de quem se põe a sonhar e a prometer”, numa crítica clara a quem hoje está no governo do País.

O líder social-democrata visitou, também, a Fábrica Alentejana de Lanifícios e a CARMIM - Cooperativa Agrícola de Reguengos de Monsaraz, acompanhado pela candidata ao município de Reguengos de Monsaraz, Elsa Bento.







Festa do PSD de Pombal

## Primeiro-ministro é um “agente poluidor do debate político”

“Devia haver um certo limite para se dizerem estas coisas sem impunidade”, afirmou no domingo, 10 de setembro, Pedro Passos Coelho, em Pombal, a propósito das declarações de António Costa sobre as colocações na primeira fase de acesso ao Ensino Superior. Passos Coelho acusou o chefe do Governo de ser um “agente poluidor do debate político”.

O líder social-democrata não escondeu a sua perplexidade ao ter ouvido “o primeiro-ministro dizer que esta notícia sobre o acesso ao Ensino Superior significa que os portugueses deixaram de dar ouvidos aos que diziam que tínhamos [Portugal] licenciados a mais”. Perguntou a quem se referia António Costa para, logo, argumentar não se recordar “em tempo algum” de ouvir dizer que as “pessoas não deviam continuar a estudar” e que “o que era bom era ter uma economia com salários mais baixos”. Desafiou, portanto, o primeiro-ministro a “fundamentar este tipo de acusações, a mostrar a quem é que se está a referir”. Caso não o faça e a “comunicação social não o confronte com estas declarações”, então vai prevalecer “uma espécie de traço político” que se começa a acentuar, “em que o Dr. António Costa vai produzindo afirmações sem suporte na realidade”.

O presidente do PSD lembrou a recente acusação de que foi alvo, para logo esclarecer que “António Costa é primeiro-ministro do País, não é uma pessoa qualquer, não pode dizer impunemente estas coisas sem ser chamado à atenção”. Afirmou que, caso este tipo de declarações se comecem a tornar cada vez mais frequentes, António Costa pode vir a tornar-se, “ele próprio, uma espécie de agente poluidor do debate político”. Para o PSD importa, pois, que “o debate político seja o menos poluído possível” e desprovido de “falsas oposições”.





## PSD liderou Governo que alargou a escolaridade obrigatória ao 12.º ano

Pedro Passos Coelho salientou que é muito importante a aposta na qualificação de todos os portugueses. “Temos hoje uma jovem geração da mais qualificada da nossa história”, lembrou, acrescentando que é o resultado de um trabalho levado a efeito por vários governos. Coube ao PSD, e o líder social-democrata disse orgulhoso disso mesmo, integrar o governo que pôs em prática o ensino obrigatório até ao 12.º ano. “Fui eu que chefieei” esse processo, esclareceu, para logo explicar que, no ano letivo de 2014/2015, “formaram-se os primeiros jovens com o 12.º ano de escolaridade obrigatória”. “Talvez, por isso, 2015 tenha sido o ano em que aumentou de forma significativa o número de candidatos aprovados na 1.ª fase”, explicou, reiterando que o aumento da escolaridade obrigatória também contribuiu para o sucesso registado por quem se vê aprovado logo na 1.ª fase de acesso, além da situação económica.

Deixou claro que se devem criar condições para que “todos aqueles que decidem não prosseguir os estudos” possam “ter uma vida com ambição e dignidade”. E lembrou que é imprescindível adaptar a formação aos avanços tecnológicos que se registam. “Existem mutações tecnológicas intensas que nos levam a acreditar que uma parte muito significativa das profissões de hoje desaparecerá”, alertou, desafiando o atual Executivo “a trabalhar mais intensamente” esta realidade e, para isso, a dialogar com instituições educativas e empresas, a fim de ter real conhecimento do “médio e longo prazo”. Disse esperar de quem governa hoje o País, o mesmo espírito que caracteriza o PSD: linconformado, reformista, que aproveita o tempo para pensar o futuro de uma maneira diferente para futuro”.

## Pombal: Diogo Mateus “abriu um novo ciclo”

Pedro Passos Coelho esteve na Festa da Ribeira cuja segunda edição decorreu na Ilha, concelho de Pombal. Afirmou ter “muita confiança” de que Diogo Mateus, que se recandidata ao município pombalense, “vai continuar a ser o presidente”. Lembrou que, em 2013, se fechou um “longo ciclo de gestão social-democrata no concelho”, do qual o PSD se orgulha. Diogo Mateus conseguiu “abrir um novo ciclo” que se destacou por não ter perdido o “balanço que vinha de trás”, “conseguindo ir tratando das responsabilidades de médio e longo prazo e lançar novos investimentos para futuro”, explicou o líder social-democrata.





Pedro Passos Coelho no distrito de Setúbal

## Desnorte na Defesa



Há um total “desnorte” na área da Defesa, como são exemplos o caso do furto de equipamento militar de Tancos e “o silêncio ensurdecedor e insustentável” sobre o futuro mecanismo de cooperação reforçada na União Europeia. Numa visita ao Centro de Assistência Paroquial de Amora, concelho do Seixal, 11 de setembro, o presidente do PSD acusou o Governo de ignorar o compromisso assumido por Portugal junto dos parceiros europeus para informar qual a decisão portuguesa sobre a participação num mecanismo comunitário de cooperação para a Defesa. “Chamei a atenção, porque houve uma decisão do Conselho Europeu, de junho, para que os países, em setembro, pudessem comunicar à Comissão Europeia quais as áreas que gostariam de ver numa nova Europa da defesa”, reiterou Pedro Passos Coelho, depois de questionar, pela segunda vez, o Governo sobre esta matéria. A comunicação social deu eco à pressão ao Governo feita pelo líder da oposição e o Executivo respondeu, também através dos jornalistas (porque só a eles responde, nunca o faz aos deputados no parlamento, frisou Pedro Passos Coelho). O Governo comprometeu-se a comunicar a posição nacional em outubro.



“Numa coisa que terá implicações relevantíssimas no longo prazo, numa área de soberania fundamental que é a Defesa, uma questão verdadeiramente de Estado”, o Governo “ainda não sabe”. Não se conhecem reuniões e o Governo só em outubro dirá se quer aderir ou não, “uma decisão que valerá por muitos e bons anos”.

“Não sei se estão bem a ver, é um contraste até muito curioso”, avançou Pedro Passos Coelho: “O Estado ficou de responder”, este mês, “em Bruxelas quais são as áreas que podem estar numa Europa de defesa; em outubro, ficou de dizer se estamos dentro desse processo ou fora”, mas o Executivo vem apresentar uma discussão sobre o próximo quadro financeiro comunitário “que se vai iniciar em janeiro e se prolongará por dois anos”, fazendo até um Conselho de Ministros extraordinário.

### Dois anos perdidos

O Governo podia ter aproveitado as condições excecionais da primeira metade da legislatura para, em vez de provocar uma desaceleração do ritmo de recuperação económica, fazer Portugal avançar mais rapidamente. Foram dois anos de tempo perdido. “Não se preparou nada de consistente para futuro”, criticou o líder do PSD, acrescentando que os próximos dois anos podem ser diferentes, sendo para isso necessário que o Governo tenha uma “ideia reformista” e uma “estratégia de desenvolvimento”. “Se o Governo a tem”, ainda não se notou até hoje, afirmou.

Não se conhece uma estratégia para que Portugal tenha uma economia mais aberta, emprego mais qualifica-





do, salários mais elevados – condições fundamentais para o PSD, lembrou Pedro Passos Coelho. Mas “o Governo parece agora querer recuperar a ideia de que tem alguma estratégia para futuro”, a propósito da discussão para o próximo quadro financeiro plurianual que será negociado a partir de janeiro do próximo ano, no contexto da União Europeia. “E hoje disseram (já não é exatamente cedo) que iriam para a estrada discutir isto com toda a gente, discutir o futuro”, “imaginem um Governo que não tem feito outra coisa senão viver do dia-a-dia...”.

Pedro Passos Coelho supõe uma justificação para esta decisão do Governo e para o facto de o primeiro-ministro ter lançado um apelo ao PSD, numa entrevista, para alcançar um consenso no âmbito das obras públicas “e depois não se fala doutra coisa durante duas semanas”. “De que obras públicas estamos a falar?”, voltou a perguntar o líder do PSD. “Continuamos sem saber.”

“Eu tenho uma desconfiança de que as obras públicas em que o Governo está a pensar são todas aquelas que já estão decididas como prioritárias”, pelo governo anterior num plano que teve, inclusivamente, o consenso do Partido Socialista de então, ao abrigo do Portugal 2020. “Mas o Governo simplesmente não as fez porque tomou a opção de colocar o investimento público ao nível mais baixo de há muitos anos para cumprir a meta do défice”. “É louvável” que queiram cumprir o plano”, apontou, mas avisando: “Não venham é dizer que não fizeram escolhas para cumprir esse objetivo”.

Pedro Passos Coelho lembrou, em Setúbal, algumas das obras já previstas nesse plano, como “a ligação para mercadorias em bitola europeia a partir de Sines até Caia, como a valorização de toda a ligação de Aveiro até Espanha, muito relevante para que as exportações” e as empresas pudessem ganhar dimensão num mercado mais amplo do que o plano nacional. “Tudo isto estava previsto e não foi feito nada.” “Se estivéssemos no Governo”, continuou, “o já estavam iniciadas as obras de ampliação para o Aeroporto de Lisboa”. “Não é compreensível que quase dois anos depois esteja tudo na mesma”, rematou.

“A minha suspeita é que o acordo que se pretende é para reprogramar o que estava já decidido e que não foi feito”, alertou Pedro Passos Coelho. Para o presidente do PSD, esta estratégia “é uma mistificação para dar a entender que” o atual governo “estabelece prioridades que são muito relevantes para futuro, quando essas prioridades já estão definidas e, mais, até com acordo do PS”.

“Como era bom que os governos assumissem com transparência as decisões que tomam e os custos das suas decisões...”

### PSD critica ideologia nas alterações ao IRS

Em Palmela, com os candidatos apoiados pelo PSD às próximas autárquicas, Pedro Passos Coelho lembrou que a orientação ideológica de um tipo de gestão local acaba por revelar-se “desconfiada ou inimiga de forças de desenvolvimento e crescimento que são, frequentemente, combatidas” em municípios do PCP. Assim como a gestão comunista, também o Bloco de Esquerda “eiva do mesmo radicalismo” contra a economia social de mercado, o que produziu o “Imposto Mortágua”. Para o Presidente do PSD, este imposto tem “efeitos altamente perversos”, como também tem outra medida que está a tentar ser imposta pela geringonça.

“A pretexto de se criar mais um escalão no IRS”, a geringonça “justifica a ideia com a necessidade de aumentar a progressividade do imposto”. Para o líder social-democrata, “não existe grande margem para aumentar a progressividade de um imposto em que, praticamente, metade dos agregados familiares” já não paga por não ter capacidade para o fazer. “E depois a progressividade é fortíssima, de tal maneira que, no último escalão, praticamente se entrega metade do rendimento auferido ao Estado”. Pedro Passos Coelho destacou o perigo de se ver em Portugal o que tem acontecido noutros países, de onde saem contribuintes com maior poder económico, “que podem ajudar a pagar uma parte

importante da receita fiscal” que o Estado aproveitará depois para financiar educação, saúde e outras políticas sociais relevantes.

Esta ideia de que “um pequeno número de pessoas pode suportar os custos de tudo” é perversa e não contribuiu para uma economia mais sustentável, apontou. As economias onde esta linha foi seguida “nivelaram por baixo”, “tiveram cada vez mais pessoas dependentes do Estado em situação de pobreza e insuficiência económica”. “Porquê persistir no erro?”, questionou Pedro Passos Coelho, acrescentando que a realidade acaba sempre por se impor.

### Zona ribeirinha de Setúbal merecia gestão mais cuidada

Pedro Passos Coelho, que efetuava um passeio de barco na baía de Setúbal a bordo da traineira Dona Emília, uma embarcação de pesca adaptada para passeios turísticos, defendeu ainda um entendimento entre a administração central e a administração local para o aproveitamento das potencialidades turísticas de Setúbal. O líder do PSD afirmou que a zona ribeirinha de Setúbal tem um “potencial extraordinário” e merecia uma gestão mais cuidada para atrair mais pessoas e ser devidamente explorada do ponto de vista económico. “Há um subaproveitamento muito grande de toda esta área ribeirinha, que poderia e merecia ter uma gestão que fosse não apenas mais cuidada, mas, sobretudo, para que também pudesse trazer as pessoas para usufruírem melhor da zona ribeirinha”, disse.

“Penso que é por demais evidente que temos aqui um potencial grande para poder explorar, se existir, entre a administração central e a administração local, uma partilha maior de competências e responsabilidades. E se também existir vontade e se essas metas, esses objetivos, forem tidas como importantes para o desenvolvimento da política local”, acrescentou o líder social-democrata, ressaltando que o desenvolvimento





económico não deve colocar em causa o equilíbrio ambiental.

O líder do PSD esteve acompanhado por três deputados do PSD de Setúbal, Maria Luís Albuquerque, Fernando Negrão e Bruno Vitorino, e pelo cabeça-de-lista à Câmara de Setúbal nas eleições autárquicas de 01 de outubro, Nuno Carvalho.

Segundo o candidato do PSD à autarquia sadina, o objetivo da visita de Passos Coelho e do passeio de barco nas águas do rio Sado era justamente “mostrar aquilo que são os ativos e o potencial de Setúbal que ainda não está realizado”. “No nosso concelho temos um período, uma janela de tempo muito curta, para poder aproveitar este grande crescimento do turismo. Verificamos que Setúbal tem condições, mas ainda não tem concretizado o seu potencial turístico. E fica também provado que esse patamar não foi atingido porque, até agora, a gestão atual tem-se concentrado em realizar outro de prioridades que não a promoção turística que gera emprego e desenvolvimento. O nosso potencial vai ser realizado connosco”, acrescentou.

“O que faz falta é promover a baía mais bela do mundo, um projeto que o PSD acarinha muito, porque é nosso, e que hoje é o único ponto que efetivamente ajuda a que Setúbal esteja num outro patamar”, concluiu o candidato do PSD à presidência da Câmara Municipal de Setúbal.

### PSD espera que “seja possível encontrar uma solução” para os enfermeiros

Este não é um problema novo”, disse Pedro Passos Coelho a propósito da greve dos enfermeiros que afeta esta semana o país e pode estar a indicar “um certo desgaste, que a própria equipa do Ministério da Saúde vai registando nas negociações”. De acordo com o líder social-democrata, em causa estão “pretensões antigas que mais dia, menos dia terão de ter uma solução num quadro negocial com o Governo”, até porque “a ideia que fica é a de que há expectativas que vão sendo criadas e

que, depois, não são cumpridas”.

Destacando não conhecer esta matéria em detalhe, Pedro Passos Coelho confirmou esperar “que seja possível encontrar uma solução para este problema, de modo a que haja menor prejuízo possível para o funcionamento dos nossos hospitais e que, neste caso, afeta os blocos de parto”.

### Bispo do Porto era uma “personalidade extraordinária da vida nacional”

Pedro Passos Coelho manifestou, em seu nome e do PSD, as “condolências muito sentidas” pelo falecimento do bispo do Porto, que classificou como “uma personalidade extraordinária da vida nacional”. “Era uma personalidade extraordinária da vida nacional, alguém que conheci bem e que estimava muito”, afirmou.

Pedro Passos Coelho disse ter recebido a notícia com “um choque enorme”, considerando que António Francis-

co dos Santos “faleceu muito cedo” e tinha ainda “muito para dar ao país e aos portugueses”. “Quero endereçar à sua família e à Conferência Episcopal Portuguesa as nossas condolências muito sentidas e sublinhar o caráter excepcional de uma figura importante no meio cívico e social, mas também como pensador, como personalidade fascinante”, disse, considerando que “se há alguém a quem se pode aplicar a expressão “um homem bom” era ao bispo do Porto.

O bispo do Porto faleceu às 09h30 de segunda-feira, aos 69 anos, vítima de ataque cardíaco. Nascido a 29 de agosto de 1948, António Francisco dos Santos era bispo de Aveiro quando, em fevereiro de 2014, foi nomeado bispo do Porto pelo papa Francisco. Era natural da freguesia de Tendais, concelho de Cinfães, Viseu. Foi nomeado bispo auxiliar de Braga em dezembro de 2004 e, dois anos depois, foi indicado para bispo de Aveiro. Serviu a diocese de Aveiro durante mais de sete anos, nomeadamente durante as celebrações do seu 75.º aniversário de restauração. A sua ordenação episcopal ocorreu em março de 2005, na Sé de Lamego. Foi ordenado padre em dezembro de 1972.





Maria Luís Albuquerque em conferência de imprensa

## PSD quer saber se o Governo vai fazer as obras programadas



Antes de falar em obras públicas para o pós-2020, o Governo deve explicações sobre as infraestruturas já programadas e consensualizadas e que já deviam estar em fase de construção, como a ferrovia Sines-Badajoz ou Aveiro-Salamanca. Portugal entra tarde na discussão para o pós-2020 e o Executivo tem a obrigação de fazer uma negociação tal como fez o Executivo anterior.

“O apelo que fazemos é que haja transparência, frontalidade e clareza”, afirmou a vice-presidente do PSD, Maria Luís Albuquerque, na sequência do Conselho de Ministros extraordinário sobre fundos comunitários. “O PSD congratula-se por o Governo anunciar que já não é cedo, pois na Europa a discussão vai adiantada”, argumentou para, logo, explicar que o quadro comunitário que se encontra em vigor desde 2014 resulta de “uma negociação muito bem-feita pelo Governo do Dr. Pedro Passos Coelho”.

Para a vice-presidente do PSD, garantir que não sejam futuramente reduzidos os fundos comunitários no país é “uma matéria extraordinariamente importante”, pelo que se “exige do atual governo uma negociação tão boa quanto foi a do anterior, com capacidade para mobilizar vontades”. É, também, obrigação do atual Executivo “que faça o seu papel para que Portugal não seja prejudicado a partir de 2020”.

Maria Luís Albuquerque entende não fazer sentido iniciar uma discussão sobre o futuro, sem que se perceba o presente, “sem que seja dada, ao parlamento e ao país, informação sobre a execução do atual quadro de

fundos europeus”. Foi clara ao perguntar: o Governo “vai ou não vai executar, dentro do atual quadro, as obras que estavam programadas, calendarizadas, consensualizadas para serem executadas agora?”

### “Todos queremos que o país se desenvolva”

Lembrando que “se perdeu tempo que já é irrecuperável”, a deputada social-democrata referiu ser “sério e grave” que quem hoje governa não assuma as opções que fez e torne, por isso, a discussão “pouco séria”.

“Qualquer governo pode sempre contar com o PSD para questões importantes para futuro”, salientou a vice-presidente. “Todos queremos que o país se desenvolva”, disse, acrescentando que os “consensos pressupõem algo mais” e que passa por responder a questões como “as obras [previstas ainda com o executivo anterior] vão ou não ser feitas?”. Em causa está, por exemplo, a ligação ferroviária entre o porto de Sines (“fundamental para melhorar a competitividades das nossas exportações”, explicou) e Badajoz ou a melhoria das infraestruturas rodoviárias, a fim de, por exemplo, facilitar o transporte dos produtos nacionais.

“Temos abertura para discutir o futuro do país, mas não queremos iniciar a discussão de forma que não seja séria” e sem informações claras sobre os investimentos que estavam calendarizados, insistiu Maria Luís Albu-



querque, em conferência de imprensa, na sede do PSD. “Anos que se percam no acréscimo da competitividade têm muitos custos”, esclareceu.

Cabe, portanto, ao Governo “a prestação de contas sobre fundos comunitários” e que é, aliás, “uma obrigação sua”, referiu. Discutir o futuro sem que se faça ponto de situação do presente, “não acrescenta nada ao país e empobrece o debate político”, frisou.



# Ano letivo começa sem assistentes operacionais

Escolas encerradas, estabelecimentos de ensino que abrem em condições débeis e escolas que admitem adiar a entrada em funcionamento, sobretudo por causa da falta de assistentes operacionais, marcam o arranque do ano letivo 2017/2018.

O PSD decidiu, por isso, apresentar duas iniciativas com carácter de urgência, pedindo explicações. Por um lado, o PSD exige conhecer a listagem das escolas do 1.º ciclo encerradas durante este ano. Por outro, os deputados do PSD interrogam o ministro da Educação sobre a persistente carência de assistentes operacionais que ameaçam o bom funcionamento das escolas.

O Ministério da Educação deve dar a conhecer, publicamente, “a listagem integral, nominal e discriminada por autarquia e tipo de situação das escolas do 1.º ciclo encerradas em 2017”, de acordo com iniciativas do PSD.

Há falta de assistentes operacionais e os deputados do PSD alertam que, à semelhança do ano letivo anterior, o ministro falta à palavra e “dos mais de 3000 assistentes operacionais necessários para garantir o mesmo grau de resposta de 2015, só 300 chegaram às escolas”.

Só em meados de agosto, o Ministério autorizou a contratação de 250 assistentes operacionais. “Carecem de explicação as reais razões que conduziram a que o Ministro da Educação só em meados de Agosto de 2017 tenha autorizado as escolas a procederem à contratação de 250 assistentes operacionais para colmatar necessidades prementes” afirmam os deputados do PSD, “sabendo de antemão que, atendendo à morosidade do burocrático mecanismo concursal, estes funcionários, absolutamente urgentes, só chegarão às escolas já no final do 1.º trimestre”, sublinham os parlamentares do PSD.

Está ainda em causa o atraso deliberado na publicação da anunciada revisão da portaria dos rácios, que possibilitará, de acordo com o número anunciado pelo Executivo, a contratação de 1.500 funcionários, mas que só estarão nas escolas no 2.º trimestre de 2018.



# Apoio a 500 pessoas em risco por atrasos nos pagamentos



A Cercimor, uma cooperativa de solidariedade no Alentejo, corre grave risco de encerrar, com o Estado a atrasar pagamentos no montante total de 350 mil euros para o respetivo Centro de Reabilitação e Formação Profissional. O PSD pediu esclarecimentos ao ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, pressionando o Governo para resolver esta situação.

O Centro de Reabilitação e Formação Profissional, que apoia anualmente 147 formandos com deficiência e incapacidade, tem em atraso as referidas verbas – 350 mil euros – com origem no Portugal 2020.

Desde o início deste quadro comunitário, a instituição reestruturou-se para responder às exigências do programa específico POISE, efetuou alterações de procedimentos legais, para que os reembolsos das despesas efetuadas fossem pagas bimestralmente, conforme compromisso assumido. Os reembolsos não aconteceram como previsto e a cooperativa recebe apenas aditamentos com atrasos, em média, de seis meses e cujos valores nunca cobriram a totalidade das despesas pagas.

Neste cenário, a situação financeira da Cercimor agravou-se, chegando agora a um extremo: se os pagamentos do Por-

tugal 2020 não chegarem, em 20 de setembro 2017, não irá conseguir efetuar o pagamento ao Estado (Segurança Social e Finanças). Como consequência, os valores dos Acordos de Cooperação com a Segurança Social não serão financiados no final do mês de setembro, o que poderá levar a cooperativa a encerrar todas as unidades desta instituição.

O PSD alerta, assim, para esta grave circunstância que, se nada for feito, levará ao encerramento de uma instituição com mais de 40 anos ao serviço da comunidade do Alentejo.



# José Matos Rosa em Oliveira do Hospital

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, esteve no convívio do PSD de Oliveira do Hospital (distrito de Coimbra), no domingo, 10 de setembro de 2017.





# PSD quer esclarecimentos sobre Tancos

O PSD quer esclarecer no parlamento o que se passou com o desaparecimento de armas dos paióis militares em Tancos, acusando o Governo de querer disfarçar “fracassos e incapacidades”.

O deputado Carlos Costa Neves afirmou que o PSD vai “tudo fazer durante a para que isto se esclareça e sejam assumidas responsabilidades políticas”.

“Não deixaremos de partilhar com os portugueses aquilo que se souber”, garantiu, afirmando que “tudo se faz para que as situações não se apurem e para que se disfarcem os fracassos e as incapacidades”, referindo-se às declarações do ministro da Defesa, Azeredo Lopes, divulgadas numa entrevista conjunta ao “Diário de Notícias” e à TSF.

Carlos Costa Neves criticou que “sem nenhuma comunicação prévia ao parlamento ou partilha de informação”, Azeredo tenha esta declaração. “Quando se pensa que não pode ser pior, é pior”, declarou.

O deputado reiterou que os sociais-democratas farão “todas as diligências até ao esclarecimento total do assunto”, salientando que se trata de “um assunto muito sério nos domínios da segurança interna e externa”.

O PSD está preocupado com a segurança dos portugueses e com a “relação com os aliados” de Portugal. Já se passaram dois meses e meio desde que foi divulgado o desaparecimento de armas e munições militares dos Paióis Nacionais de Tancos.

O “desnorte total” nas declarações de Azeredo Lopes revela “contradições profundas que existem entre os partidos que suportam o Governo” em áreas como a Defesa, Administração Interna ou Justiça, argumentou o social-democrata.

“É por isso que se ocultam factos e esta incompetência existe e se revela com mais força”, considerou Carlos Costa Neves.



## Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade  
do PSD**



**Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras**



# SEF confirma reparos e críticas do PSD



O parecer do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) sobre a entrada e permanência de estrangeiros no País “confirma os reparos e as críticas que o PSD tinha feito quer aquando da discussão no Parlamento, quer depois pela voz do presidente, na Festa do Pontal” e “é altamente crítico às alterações que foram introduzidas pela maioria de esquerda”, afirmou na quarta-feira, 6 de setembro, José Matos Correia, deputado do PSD.

“Demonstra, portanto, que esses reparos e essas críticas são realistas”, já que os estrangeiros, “agora passam apenas a ter de demonstrar uma promessa de contrato e uma inscrição na Segurança Social”.

A maioria de esquerda devia retratar-se depois das declarações “absolutamente injustas e infundadas de racismo e xenofobia que fizeram ao PSD e, em particular, ao seu líder” ou, segundo José Matos Correia, “coerentemente” transferir “essas acusações para o SEF que, no exercício das suas funções e com a competência técnica que lhe é reconhecida, chamou a atenção para um conjunto de riscos de segurança que qualquer governo e maioria responsável deviam ter em conta”. Todavia, tal como salientou, Governo e maioria podem não se vir a retratar, “porque nunca o fazem”.

José Matos Correia alertou, ainda, que o parecer chama a atenção para o facto de “esta legislação, aprovada em Portugal, ser exatamente no sentido inverso de toda a orientação que tem sido estabelecida ao nível da União Europeia nesta matéria”. Classificou a esta “decisão da maioria de esquerda” como sendo “uma total irresponsabilidade”.

De acordo com o social-democrata, aquando da discussão do projeto do BE, “o PSD teve informação de que haveria um parecer do SEF fortemente crítico relativamente ao teor de algumas alterações”. Por isso, questionou a ministra da Administração Interna, “na primeira Comissão”, que “fez um ar de surpresa como quem não conhece, ignora, a existência de um parecer”, explicou.

## PSD requereu parecer que ainda não foi remetido ao parlamento

“Para quem enche a boca de transparência, como faz esta maioria de esquerda, é de facto uma excelente demonstração do que é a diferença entre as suas afirmações e a prática”, afirmou José Matos Correia, depois de esclarecer que, em agosto, “o PSD requereu formalmente a entrega do parecer do SEF”, mas “passadas que foram três semanas, continua a não ser remetido à Assembleia da República (AR)”. O PSD lembrou que, para que possam ser tomadas decisões informadas, é necessário que o Governo pratique “uma relação de total transparência com a AR e com os partidos que, aqui, têm assento”.



# POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo Director-Adjunto: João Cordeiro Pereira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

**AD denuncia incapacidade do Governo perante greve dos médicos**

## **Marcelo sobre ministra da Saúde: Se fosse Primeiro-Ministro já a tinha substituído**

página 11

**AD ataca queima de lixos tóxicos em cimenteiras**

## **Carlos Pimenta: “É tecnicamente perigoso e politicamente errado”**

página 16

**PSD aprova Tratado de Amesterdão**

## **Durão Barroso lembrou o papel do Governo de Cavaco Silva no arranque do Tratado**

páginas 8 e 9

**PSD lidera reforma do sistema político**

## **Lei das finanças partidárias é para votar já**

• Carta de Marques Mendes esclarece posição do PSD

páginas 6 e 10

**TSD festejam 15 anos**

## **Arménio Santos alerta para aumento das desigualdades em Portugal**

página 11

## **Assembleia Magna reúne mil participantes em Braga**

Mário Soares, António Barreto, Emídio Rangel,  
Durão Barroso e Pacheco Pereira debateram  
“Que Democracia com os novos poderes?”

páginas 4 e 5





**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: [convocatorias@psd.pt](mailto:convocatorias@psd.pt)**CONCELHIA DE PORTALEGRE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do Concelhia da JSD de Portalegre para reunirem no dia 14 de Outubro de 2017, às 17h, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, nº 17, 7300-097, Portalegre, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário concelhios.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 17 horas e as 19 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital de Portalegre ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.